DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM: UM OLHAR SOCIAL PARA AS DESIGUALDADES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO

MÓDULO 1

CURSO EAD

Elaboração do conteúdo de formação:
Micaela Passerino Gluz

SINESP

instituto cultiva

O seu texto aqui 4

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
JUNTE-SE A QUEM LUTA COM VOCÊ!

DIRIGENTES DO SINESP - MANDATO 2024 - 2027

Presidente
Norma Lúcia Andrade dos Santos
Vice-Presidente
Leticia Grisolio Dias
Secretário Geral
Rosana Capputi Borges
Vice-Secretária Geral
Denise Regina da Costa Aguiar
Diretora de Administração Financeira
João Alberto Rodrigues de Souza
Vice-Diretor de Administração Financeira
Sonia Maria Ferrarez Rodrigues
Diretor para Assuntos de Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados
Douglas Eduardo Rosa
Vice-Diretora para Assuntos de Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados
Valeria Leao Ramos
Diretora de Eventos Educacionais
Rosa Maria Pereira de Araújo Correa
Vice-Diretor de Eventos Educacionais
Emilio Celso de Oliveira
Diretora Cultural
Alcina Carvalho Hatzlhoffer
Vice-Diretora Cultural
Egle Prescher Iaconelli
Diretor de Imprensa
Rui Ferreira da Silva Junior
Vice-Diretora de Imprensa
Márcia Fonseca Simões
Diretora de Políticas Sociais
Maura Maria da Silva
Vice-Diretora de Políticas Sociais
Regina Cleia Almeida
Diretora de Organização Sindical
Andre Luiz Bafume
Vice-Diretor de Organização Sindical
Flordelice Magna Ferreira

Conselho Fiscal - Titular Thellma Figueiredo De Souza Getúlio Marcio Soares Marcia Gargiulo Krause
Conselho Fiscal - Suplente Titular Janete Silva de Oliveira Edilene De Fátima Clemente Patrícia Andreotti Giroldo

instituto cultiva
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM: UM OLHAR SOCIAL PARA AS DESIGUALDADES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO

MICAELA PASSERINO GLUZ

Consultoria: Instituto Cultiva
Presidente: Rudá Ricci
Coordenação EaD
Micaela Passerino Gluz
www.institutocultiva.com.br

APRESENTAÇÃO E ORIENTAÇÕES

Caros cursistas,

O curso “Desenvolvimento da Aprendizagem: Um Olhar Social para as Desigualdades de Classe, Raça e Gênero” oferecido pelo SINESP, na modalidade EAD, em parceria com o Instituto Cultiva, está programado para ser realizado no dia 05 de março de 2025 sob coordenação da professora Micaela Passerino Gluz, tutoria das professoras Kelly Amaral de Freitas, Paula Regina Dantas e Carol Santos.

O curso visa contribuir com a formação das equipes gestoras, educadoras (es) e servidores(as) técnicos(as) educacionais, com reflexões acerca do impacto das desigualdades de classe, gênero e raciais no desenvolvimento da aprendizagem. Esse estudo se faz compreendendo o debate de desigualdade, justiça social e igualdade, conhecendo a teorias de desenvolvimento da aprendizagem e relacionando com práticas que visem reduzir os impactos das desigualdades no desenvolvimento da aprendizagem, sem perder de vista o currículo da cidade de São Paulo.

A intenção é que através do estudo os(as) cursistas possam refletir sobre seu compromisso cidadão, sobretudo com as posições assumidas na gestão escolar pública no município de São Paulo, e ampliar e/ou aprofundar práticas que efetivem uma educação solidária, justa, inclusiva e com equidade.

Para tanto, o curso “Desenvolvimento da Aprendizagem: Um Olhar Social para as Desigualdades de Classe, Raça e Gênero” é composto por este texto-guia e uma vídeo-aula.

No ambiente virtual há diversos recursos, atividades e materiais, tais como: Texto base para o curso e Midiateca (materiais complementares: textos, vídeos e sites).

A metodologia de trabalho no ambiente virtual busca respeitar o breve período para o desenvolvimento do curso. Assim, sugerimos o seguinte percurso para diálogo e ampliação de conhecimentos sobre o tema:

- Leitura do texto base;
- Visualização da vídeo-aula;
- Elaboração da questão dissertativa e;
- Realização do simulado.

Questão Dissertativa (Responda em até 2 laudas)

Diante do apresentado no curso disserte, como as desigualdades sociais impactam no desenvolvimento da aprendizagem em sua unidade e que estratégias podem ser elaboradas para a redução do impacto dessas desigualdades? Sejam estratégias em sua unidade ou na rede como um todo.

A avaliação se dará pela visualização da vídeo-aula, leitura do material (texto-guia e apresentação em ppt), elaboração da questão dissertativa e realização do simulado.

Desejamos que a participação neste curso possa efetivamente colaborar com a sua prática profissional e com a ampliação de um olhar sensível da gestão escolar para a política de cuidado no interior das escolas como prática de uma educação inclusiva e solidária.

EQUIPE INSTITUTO CULTIVA

INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais de classe, raça e gênero configuram-se como desigualdades de oportunidades, no sentido de restringir ou colocar obstáculos na formação das pessoas dos grupos excludentes (população feminina cisgênera e transgênera, negros e negras, indígenas, em vulnerabilidade socioeconômica, entre outros marcadores). Como a desigualdade impacta o desenvolvimento da aprendizagem? O objetivo do curso é discutir sobre a forma como as desigualdades sociais, aqui centralizadas nas categorias de classe, raça e gênero, afetam os processos de ensino-aprendizagem, nos termos de acesso, permanência e qualidade na educação para a garantia do direito à educação a todos.

Segundo um estudo sobre as privações de direitos que afetam crianças e adolescentes no Brasil, organizado e divulgado pela Unicef em 2023[1] , a pobreza multidimensional afeta mais quem já vive em situação de vulnerabilidade, como as mulheres e a população negra e indígena, assim como a população das regiões Norte e Nordeste. Entre crianças e adolescentes negros (as) e indígenas, 72,5% estavam na pobreza multidimensional, ante 49,2% de brancos e amarelos.

Isso se aprofunda quando analisamos por recorte de raça. Nos três anos analisados pelo estudo da Unicef (em 2017, 2018 e 2019), apresenta-se uma diferença de quase 25 pontos percentuais na privação de direitos para crianças e adolescentes negros (as) e indígenas em comparação com crianças e adolescentes brancos (as) e amarelos (as).

Já a desigualdade de gênero não se apresenta com profundidade nas condições de acesso, ou seja, há menos privação de meninas e mulheres na dimensão da educação. Isso demonstra que, em questão de gênero, as desigualdades se apresentam na forma do reforço de estereótipos de gênero nos processos de ensino-aprendizagem – como a marginalização das mulheres, tanto em quantidade quanto em qualidade de representação, em currículos e livros didáticos (Bonal, 1998).

Essas limitações ou obstruções aparecem de diversas formas nos processos de ensino-aprendizagem escolares: aulas canceladas em escolas de zonas de risco, que geralmente se localizam em territórios periféricos; pouca ou nenhuma manutenção do poder público em escolas que atendem majoritariamente um público de pessoas racializadas; distinção de tratamento entre estudantes de gênero e/ou sexualidades diferentes da heterossexualidade e da cisgeneridade; a promoção de estereótipos de gênero na sala de aula, entre outros exemplos.

[1] Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/as-multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil. Acesso em 16 fev. 2025.

Destacamos então que o processo de ensino-aprendizagem – o desenvolvimento da aprendizagem – ocorre em diversos momentos na instituição escolar, não só na sala de aula. Todos esses momentos afetam o desenvolvimento. Um atendimento não acolhedor para um (a) estudante, por exemplo, afeta sua percepção de pertencimento à instituição escolar, o que pode prejudicar seu desenvolvimento de aprendizagem.

Tendo em vista tal realidade, traremos, na primeira parte do texto, o debate sobre justiça social e equidade para refletir sobre o impacto das desigualdades e as formas de construção da aprendizagem nas escolas. Na segunda parte, apresentaremos propostas e práticas para a superação dos efeitos das desigualdades no desenvolvimento da aprendizagem.

DESIGUALDADE, JUSTIÇA SOCIAL E IGUALDADE

François Dubet (2004) discute a ideia de que, para construir uma escola justa, é necessária a igualdade de oportunidades e a meritocracia, o que validaria a percepção de que a competição na escola – que leva ao sucesso ou ao fracasso – é justa. Essa visão pode gerar uma falsa ideia de que há, na escola, igualdade de oportunidades. E essa "aceitabilidade de que todos têm as mesmas oportunidades é diretamente proporcional ao sentimento de culpa pelo próprio fracasso" (Silva, 2010, p. 140). Em outras palavras, constrói a ideia de que o (a) aluno (a) "escolhe" o caminho do fracasso por ter recebido o mesmo tratamento que os (as) demais. Dubet (2004) sustenta então que, para a construção de uma escola verdadeiramente justa, são necessários princípios de justiça para além de apenas o mérito.

Dubet (2004) sintetiza o debate de igualdade em duas necessidades para as escolas:

♦ *A igualdade individual das oportunidades*, que trata de formar indivíduos com autonomia e capacidade de confiança em si e em outros, respeitando suas individualidades, para além de seus resultados. Entende o (a) estudante como um ser único, com suas singularidades e dimensões – escolares ou não –, isto é, entende como pessoas.

♦ *A igualdade distributiva das oportunidades*, que adota como centralidade a distribuição dos recursos escolares de forma controlada para garantir maior igualdade na competição escolar, ou seja, redistribui recursos para garantir condições mínimas no direito à educação.

A partir de Dubet, podemos pensar linhas de ações nessas duas modalidades, tanto individualmente, no tratamento diferenciado para garantir uma educação equitativa, quanto coletivamente, na redistribuição de recursos a partir de políticas públicas e enquanto instituição escolar. Nessa perspectiva, trataremos das formas de desenvolvimento de aprendizagem para compreender o como se aprende, e como essas noções são construídas nas equipes escolares.

DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

Existem diferentes formas de abordar e de entender o processo de aprendizagem. Nesta seção, faremos a apresentação de três abordagens do desenvolvimento da aprendizagem: a comportamentalista, a da psicologia Gestalt e a construtivista/interacionista. Traçaremos também relações entre essas correntes e a discussão de equidade, justiça social e desigualdade.

A abordagem comportamentalista é definida como uma mudança de comportamento decorrente de treino ou experiência. Fundamentada no empirismo de Locke e Hume, bem como no positivismo de Comte, ela se reflete na corrente behaviorista, que valoriza o ambiente e os estímulos externos. Nessa perspectiva, o sujeito assume uma função passiva, sendo entendido como receptor e reprodutor de informações, sem atribuição de funções cognitivas mais complexas. A relação entre ensino e aprendizagem é linear, com a aprendizagem sendo considerada uma consequência direta do ensino, o que encontra ressonância em práticas pedagógicas mecanicistas e tecnicistas, como as descritas por Paulo Freire na metáfora da "educação bancária".

Na abordagem comportamentalista, prevalece o mérito, pois, se a criança ou o (a) adolescente não aprendeu, não desenvolveu a aprendizagem, é porque não houve dedicação necessária ou porque há um problema como receptor de compreensão. A igualdade se dá pela competição meritocrática, sem levar em conta outras condições e contextos dos indivíduos. Vale destacar que, apesar do histórico democrático na rede municipal de São Paulo, ainda são falas comuns de colegas do magistério: “O aluno não se esforçou o suficiente.”; “Ele não fez porque não quis!”; “Se todo mundo conseguiu, por que você não conseguiu também?”. Essas falas reaparecem em momentos de decisões importantes nos órgãos de decisão das escolas, como o Conselho Escolar e o Conselho de Classe.

Opondo-se ao comportamentalismo, há a abordagem da psicologia Gestalt, em que se privilegiam as condições internas do sujeito, reconhecendo a aprendizagem como a apreensão de configurações perceptuais por meio de *insights*.

Fundamentada em uma tradição racionalista ou apriorista, essa corrente propõe que o conhecimento é resultante de estruturas cognitivas pré-existentes, influenciadas por variáveis biológicas ou maturacionais. A psicologia Gestalt, ao enfatizar a percepção e a resolução de problemas por discernimento súbito, desloca o foco da aprendizagem do ensino, centrando-se na autossuficiência e autorregulação do sujeito.

Na psicologia Gestalt, enfrentamos resistência tanto na igualdade individual quanto na redistributiva, pela compreensão de que o (a) aluno (a) só não alcançou o sucesso por limitações internas, mas que futuramente poderá se desenvolver. Essa abordagem também coloca a responsabilidade do sucesso individualmente no (a) estudante, mas é mais perversa quando propõe que o fracasso é uma limitação biológica ou de maturação. Nessa leitura, portanto, haveria pessoas com limitantes na sua aprendizagem que impediriam a sua autonomia e formação como sujeito. Nesse sentido, desacredita-se totalmente no papel da educação, colocando o peso totalmente no processo “natural” de desenvolvimento.

A terceira abordagem, construtivista/interacionista, alinha-se com as teorias psicogenéticas de Piaget e com a abordagem sócio-histórica de Vygotsky, que diz que o desenvolvimento humano é o resultado da interação social e da relação com o mundo. Assim, entendem-se o ensino e a aprendizagem como um processo de organização e reestruturação de conhecimentos a partir das interações entre o sujeito e seu meio.

Superando os reducionismos das abordagens anteriores, essa corrente adota uma visão processual, a qual considera a aprendizagem como uma construção contínua. A perspectiva piagetiana vê a aprendizagem como um processo de adaptação e equilibração, em que o sujeito integra novos conhecimentos e ajusta suas estruturas cognitivas frente aos desafios apresentados pelo ambiente. A teoria de Vygotsky, por sua vez, destaca a relação intrínseca entre aprendizagem e desenvolvimento, sugerindo que a aprendizagem pode impulsionar o desenvolvimento cognitivo para estágios mais avançados, mediada pela interação social e por sujeitos mais experientes.

Na abordagem construtivista/interacionista, é possível propor ações tanto para a igualdade individual quanto para a igualdade redistributiva no sentido de compreender o meio social com um fator basilar no desenvolvimento da aprendizagem, levando em conta seus processos internos. Dessa forma, é necessário promover planejamento e avaliação diferenciados para garantir a igualdade individual, assim como é necessário redistribuir recursos escolares para a garantia de condições para aqueles (as) estudantes que são afetados (as) com desigualdades que outros (as) não.

Tendo construído essa breve discussão teórica em torno do processo de aprendizagem e de como fatores de desigualdade social afetam o desenvolvimento dos (as) estudantes, faz-se necessário pensar em uma pedagogia alternativa, que ofereça uma educação voltada à construção de um mundo mais justo e menos desigual. Nesse sentido, apresentaremos práticas alternativas para a construção de igualdades individuais e distributivas nas escolas.

PEDAGOGIA DIFERENCIADA

A pedagogia diferenciada constitui uma abordagem educacional que visa à adaptação das práticas pedagógicas às necessidades e projetos individuais de alunos (as) com perfis e demandas específicas. Surgiu como uma resposta ao fracasso escolar, fundamentando-se na premissa de que esse fenômeno decorre das estruturas rígidas e dos mecanismos funcionais da escola tradicional. Essa abordagem crítica questiona o papel da escola como reprodutora de desigualdades sociais, destacando a insuficiência do modelo pedagógico homogêneo, que adota uma "igualdade formal" sem considerar as diferenças biológicas, psicológicas, socioculturais e econômicas entre os estudantes.

Historicamente, o fracasso escolar foi atribuído aos (às) alunos (as) ou às suas famílias. A teoria das aptidões inatas e a teoria da carência cultural contribuíram para essa visão, isentando a escola de sua responsabilidade na gênese desse fenômeno, considerando-o como uma consequência inevitável de déficits individuais ou contextuais. No entanto, as análises sociológicas da educação permitiram uma compreensão mais aprofundada e complexa do fracasso escolar.

Esses estudos revelaram que a padronização do ensino, imposta pela estrutura escolar, transforma as diferenças individuais em desigualdades de desempenho acadêmico, sendo a avaliação um dos principais mecanismos desse processo. De acordo com Perrenoud (2000), a escola exerce poder sobre a construção de "hierarquias de excelência", nas quais o sucesso ou o fracasso do (a) estudante é determinado com base em normas, programas e avaliações previamente estabelecidos, muitas vezes alheios ao projeto de vida pessoal desse (a) estudante.

É nesse contexto de crítica ao modelo educacional tradicional que emerge a ideia de uma pedagogia diferenciada, cujo objetivo é proporcionar aos (às) alunos (as), independentemente de sua origem social, cultural ou econômica, as condições necessárias para aprender e se formar. Para tanto, propõe-se uma transformação profunda nas estruturas e na cultura escolar. Perrenoud (2000) argumenta que, para atender à diversidade das aprendizagens, é fundamental estabelecer um novo "contrato didático", baseado em uma relação de confiança entre escola e estudante, em que ambas as partes assumem seus papéis de forma ativa e engajada. A pedagogia das diferenças, portanto, visa romper com a lógica de massificação implícita na organização tradicional das turmas e das classes seriadas.

No âmbito da pedagogia diferenciada, a instituição de educação é incumbida de planejar atividades que considerem as diversas formas de aprendizagem dos (as) alunos (as), sem recorrer à individualização excessiva, mas promovendo agrupamentos alternativos que favoreçam a socialização, o debate e a reflexão. Essa abordagem implica a criação de espaços educativos diversos, que respeitem as diferenças socioculturais, étnico-raciais, religiosas e de gênero. A personalização dos percursos de formação, portanto, exige que as escolas desenvolvam estratégias para conhecer melhor os modos de aprendizagem dos (as) alunos (as), criando condições para que possam se engajar plenamente no processo educativo, tarefa designada à gestão e ao corpo docente.

Para que a pedagogia diferenciada seja efetiva, é necessário que a ação pedagógica priorize situações de ensino-aprendizagem complexas, que permitam aos (às) estudantes expressar seus pensamentos e ideias. A prática contínua do diálogo, o esclarecimento dos objetivos e significados das atividades propostas e a diversificação das situações de aprendizagem são elementos centrais nesse processo. Nessa pedagogia, portanto, é essencial que a escola crie condições para que os (as) alunos (as) apresentem suas histórias de vida e seus projetos pessoais, garantindo que as atividades atendam às suas necessidades cognitivas e emocionais. Assim, promove-se um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e dinâmico, que dá relevância ao protagonismo infantojuvenil.

PRÁTICAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS

A busca pela superação dos efeitos das desigualdades sociais que limitam e/ou obstruem o desenvolvimento da aprendizagem passa por práticas individuais, como as que vimos no ponto da pedagogia diferenciada. Do mesmo modo, passa por práticas coletivas de distribuição, presentes tanto em ações de planejamento e tomada de decisão do poder público, quanto em ações internas nas instituições escolares, o que aprofundaremos nesta última seção.

Uma política de redistribuição de recursos para a garantia de igualdade de oportunidades pode ser melhor entendida no exemplo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o qual redistribui recursos públicos financeiros entre os entes federados de forma a equalizar o valor mínimo por estudante e a garantir o direito à educação para todos. O princípio distributivo é um princípio descentralizador, nesse sentido, enquanto práticas coletivas para superação das desigualdades sociais.

No âmbito escolar, podemos pensar ações que promovam as relações comunitárias do território, tendo em vista a distribuição e descentralização de tomadas de decisão relativas à vivência da escola e de sua comunidade. Podemos dividir essas ações em cinco tipos de participação (Espanha, 2011):

♦ Informativa: as equipes escolares mantêm comunicação constante para repassar informações sobre as atividades escolares;

♦ Decisiva: quando a escola constrói condições para a participação nos processos de tomada de decisão;

♦ Avaliativa: as comunidades tornam-se mais participativas à medida que se envolvem em processos de avaliação da escola e da aprendizagem dos (as) estudantes;

♦ Educativa: quando as famílias e as comunidades participam de atividades de aprendizagem.

Aproximar docentes, estudantes e famílias da escola, envolvendo-os em processos de tomada de decisão, de avaliação e de aprendizagem, é uma forma de democratizar esse ambiente, visto que redistribui tarefas que, por vezes, estão centralizadas na equipe gestora. Além disso, dar voz aos mais diversos indivíduos que compõem a escola é construir um espaço mais inclusivo e mais atento à pluralidade inerente à escola. Também vale ressaltar que, ao aproximar estudantes e suas famílias dos processos escolares, podemos entender melhor seus projetos de vida e a situação socioeconômica em que vivem. Isso é importante porque pode nos ajudar a diagnosticar as individualidades desses sujeitos, o que é fundamental no desenvolvimento de propostas pedagógicas inclusivas que promovam a justiça social, e não a exclusão dos desiguais.

CONCLUSÃO

O estudo das diferentes abordagens epistemológicas da educação e da aprendizagem revela a complexidade do processo educativo, destacando a importância de considerar as diversas condições internas e externas que influenciam a aprendizagem dos indivíduos. Enquanto o modelo comportamentalista foca na mudança de comportamento através de estímulos externos; a psicologia Gestalt e o construtivismo/interacionismo reconhecem o papel ativo do sujeito, seja por meio de percepções e insights, seja pela interação social e construção contínua do conhecimento.

A proposta de uma pedagogia diferenciada surge como uma resposta necessária às limitações do ensino tradicional, defendendo a adaptação das práticas pedagógicas às singularidades dos (as) alunos (as) e a criação de ambientes inclusivos e equitativos. Ao promover um ensino que valorize as diferentes formas de aprendizagem, respeitando as características individuais e culturais dos (as) alunos (as), é possível garantir que a educação atenda às suas reais necessidades cognitivas e emocionais.

A gestão escolar e os (as) educadores (as) desempenham um papel fundamental na implementação dessas abordagens, sendo essencial que desenvolvam práticas pedagógicas dinâmicas e reflexivas, que priorizem a autonomia do (a) aluno (a) e um ambiente de aprendizado mais inclusivo. A construção de uma educação mais justa e eficaz depende, portanto, da constante revisão e adaptação dos métodos de ensino, visando garantir aprendizagens significativas e o pleno desenvolvimento de cada estudante.

A análise das questões de gênero, raça e classe social no Brasil reforça como essas dimensões estão profundamente interligadas e estruturam as relações de poder e dominação na sociedade. As reflexões sobre as desigualdades raciais e de gênero mostram que a opressão das mulheres, especialmente as negras, é fruto de um sistema que perpetua desigualdades históricas e estruturais, marcadas pelo patriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo. Embora avanços busquem mitigar as discriminações, ainda é necessário um esforço contínuo para desmantelar as estruturas de violência e exclusão. A compreensão desses processos é essencial para promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde as lutas de classe, raça e gênero sejam reconhecidas e tratadas de maneira interdependente, visando à emancipação de todos os grupos marginalizados.

Enquanto gestão escolar dentro de um sistema capitalista – que promove a desigualdade e a exclusão de certos grupos –, é válido o esforço para a construção de uma escola mais democrática, investindo em práticas que combatam essas desigualdades.

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

INDEPENDÊNCIA, LUTA E INOVAÇÃO

instituto cultiva

